

# Instrução de alunos com Dislexia

---

*Carlos Augusto Santos Castro Filho*  
*Universidade Federal do Maranhão*

DOI: 10.47573/aya.5379.2.87.8

## RESUMO

O processo de aprendizagem requer de professores e alunos uma especial atenção, tendo em vista que o seu desenvolvimento está relacionado a diversos fatores que podem interferir em como ele se dará no ambiente de ensino. Nesse sentido, torna-se relevante para os profissionais da educação terem em mente que este é um processo complexo, pois depende de fatores orgânicos e comportamentais. Assim sendo, é importante que se conheçam as origens dos distúrbios de aprendizagem que podem acometer o processo de aprendizagem. Diante desses fatos, este estudo teve como objetivo geral analisar que tipos de intervenções pedagógicas podem ser utilizadas pelo professor para desenvolver o aprendizado de alunos com dislexia. Para se obter as informações necessárias acerca deste tema, foi utilizada a pesquisa bibliográfica por meio de livros, artigos, revistas, periódicos, teses, monografias e outros documentos de bases científicas como SciELO e Google Acadêmico. Ao final deste estudo o que se evidenciou é que, por meio de atitudes simples como o uso de materiais adequados à faixa etária, aplicação de atividades que sejam do interesse do aluno, incentivos por meio do reconhecimento aos êxitos alcançados por ele, a confiança passada pelo professor ao aluno, a relação entre os colegas, a estimulação da troca de conhecimentos, tudo isso favorece o processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades, entendendo que cada aluno é único e que sua singularidade deve ser compreendida e respeitada.

**Palavras-chave:** instrução. alunos. dislexia.

## INTRODUÇÃO

Para que o processo de aprendizagem seja efetivo é importante ter em mente que depende de vários outros fatores, tanto de ordem orgânica quanto comportamental, o que evidencia a necessidade de que os profissionais da educação estudem e se aprofundem em relação aos possíveis distúrbios de aprendizagem que podem acometer uma criança em idade escolar. Isso se torna relevante porque essas questões poderão comprometer a forma como esse indivíduo assimilará os conhecimentos (DUARTE; SOUZA, 2014).

Por outro lado, ressalta-se também que, em alguns casos, o processo de ensino e aprendizagem acaba sendo comprometido pela forma como é abordado, pelas técnicas, procedimentos e atividades que são utilizadas que não se adequam às dificuldades apresentadas pelo aluno. Assim como, sente-se a falta de uma legislação que contemple alunos com distúrbios de aprendizagem, tendo em vista que se vislumbra a necessidade de um atendimento mais especializado por parte dos professores, de maneira a evitar o fracasso escolar desses alunos devido a não terem sido atendidos em suas necessidades (ROTTA; PEDROSO, 2007).

Nesse sentido, o que acaba ocorrendo é o insucesso escolar, é a falta de interesse pelos estudos, é a evasão escolar e isso tem se tornando uma preocupação cada vez maior na área educacional, de modo que ações precisam ser tomadas para ajudar essas crianças em suas dificuldades em relação ao processo de aprendizagem.

O que se percebe é que, cada vez mais, alunos estão apresentando dificuldades na leitura, onde o cérebro apresenta uma forma peculiar para processar a linguagem, um déficit linguístico, mais especificamente uma falta de habilidade no nível fonológico, uma dificuldade específica

no aprendizado da leitura, assim como para reconhecer, soletrar e decodificar as palavras, o que é chamado de dislexia (MOUSINHO, 2003).

Crianças disléxicas têm a leitura caracterizada por omissões, distorções e substituições de palavras, além de uma leitura lenta, trabalhosa e individual de cada palavra, impedindo que elas entendam o que estão lendo. Geralmente, apresentam problemas para associar o som à letra, trocam letras ou as escrevem em ordem contrária (ALVES; FERREIRA; FERREIRA, 2014).

Diante desses fatos, é importante que o diagnóstico seja feito o quanto antes, de modo a se tomar as devidas ações no sentido de ajudar essa criança em suas dificuldades. No entanto, o que se evidencia é que, pelo fato de ser um transtorno difícil de ser diagnosticado e por exigir um tratamento muito específico, normalmente, tanto a criança quanto a família acabam tendo um desgaste grande, tanto psicológico quanto financeiro (MARTINS, 2017).

Frente a estes aspectos, o processo de aprendizagem dessa criança acaba sendo comprometido, tanto pelo problema que ela apresenta quanto pela falta de um atendimento adequado, além do apoio de uma escola que cumpra com os princípios de inclusão. Assim sendo, reitera-se o fato de ir em busca de metodologias que sejam apropriadas para lidar com esse transtorno em sala de aula, pois os métodos utilizados influenciarão diretamente no desenvolvimento da aprendizagem do aluno disléxico (ASSUNÇÃO, 2018).

Assim sendo, entende-se que seja necessária uma intervenção precoce por meio de um conjunto de estratégias e recursos que visem ajudar esse aluno a se desenvolver, de maneira a atenuar os problemas evidenciados, de aplicar atividades que realmente estejam em consonância com a sua realidade. Essas questões levantaram, então, o seguinte problema de pesquisa a ser respondido no decorrer deste estudo: Que tipos de intervenções pedagógicas podem ser utilizadas pelo professor com o intuito de desenvolver o aprendizado de alunos com dislexia?

Para se obter as informações necessárias para a realização deste estudo foi elaborado o seguinte objetivo geral: Analisar que tipos de intervenções pedagógicas podem ser utilizadas pelo professor para desenvolver o aprendizado de alunos com dislexia. Como objetivos específicos foram elencados os seguintes:

- Evidenciar os aspectos históricos e conceituais da Dislexia;
- Identificar o que diz a legislação a respeito da Dislexia;
- Analisar os tipos de intervenções pedagógicas que o professor pode utilizar para promover o aprendizado de crianças disléxicas.

A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica, ou seja, os dados e informações que compõem este trabalho foram obtidos por meio da pesquisa em livros, artigos, revistas, periódicos, teses, monografias e outros documentos de bases científicas como SciELO e Google Acadêmico.

## DESENVOLVIMENTO

### Aspectos históricos e conceituas da Dislexia

A dislexia é definida como um Transtorno Específico de Aprendizagem (TEA), sendo conceituada como

[...] um distúrbio neurológico de origem congênita, que acomete crianças com potencial intelectual normal, sem déficits sensoriais, com suposta instrução educacional apropriada, contudo, não conseguem desenvolver a habilidade de leitura e escrita. Torna-se mais evidente dos 6 (seis) aos 7 (sete) anos (GIACHETTI; CAPELINI, 2000 *apud* DUARTE; SOUZA, 2014, p. 03).

Já Berger, Yule e Rutter (1975) e Ciasca e Capellini (2003) afirmam que a dislexia é uma espécie de transtorno da leitura e da escrita que acaba afetando diretamente o rendimento escolar, dificultando o processo de aprendizagem e fazendo com que este indivíduo não aprenda conforme o esperado em relação à sua idade cronológica, ao seu potencial intelectual e à sua escolaridade.

Alves, Ferreira e Ferreira (2014) ainda salientam que, pessoas disléxicas demonstram dificuldades em associar o som à letra, costumam trocar as letras ou, ainda, escrevê-las em ordem contrária. São transtornos que se originam em anormalidades no processo cognitivo, derivando, em grande parte, de algum tipo de disfunção biológica.

Pode-se dizer que a dislexia surgiu pela primeira vez no ano de 1872, através do oftalmologista alemão Dr. Rudolph Berlin. Além dele, outros médicos também influenciaram em pesquisas sobre este tema, como o Dr. Pringle Morgan (1896) e Dr. Steverson (1907), os quais avaliaram pacientes com dificuldades na leitura, mas que não apresentavam problemas de visão ou cognitivos, então, os médicos acabaram definindo esse “problema” como “cegueira verbal”.

Dr. Steverson ainda evidenciou que esse transtorno deveria ser hereditário, tendo em vista que pessoas da mesma família apresentaram os mesmos sintomas, no entanto, alguns anos depois, o Dr. Hinshelwood (1917) acabou percebendo, por meio de suas pesquisas, que a causa dessa “cegueira verbal” poderia ter origem no cérebro (VERAS, 2012).

A palavra dislexia é de origem grega e significa “dificuldade na leitura”, no entanto, a Associação Brasileira de Dislexia afirma que sua definição é mais complexa e mais abrangente, definindo este transtorno como:

A Dislexia do desenvolvimento é considerada um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração. Essas dificuldades normalmente resultam de um déficit no componente fonológico da linguagem e são inesperadas em relação à idade e outras habilidades cognitivas (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA, 2016).

Isso significa dizer que a pessoa disléxica não adquiriu esse problema em um contexto cultural, não é considerada uma doença mental, visual ou auditiva, tampouco é uma consequência de algum fator relacionado à educação. Assim, a dislexia, então, deve ser compreendida como um tipo de transtorno de aprendizagem, com origem neurobiológica, conforme citado pelo CID:

[...] são transtornos nos quais os padrões normais de aquisição de habilidades são perturbados desde os estágios iniciais do desenvolvimento. Eles não são simplesmente uma consequência de uma falta de oportunidade de aprender nem são decorrentes de qualquer forma de traumatismo ou de doença cerebral adquirida. Ao contrário, pensa-se que os transtornos se originam de anormalidades no processo cognitivo, que derivam em grande parte de algum tipo de disfunção biológica (CID – 10, 1992:236 *apud* WR Educacional, 2021).

Sobre isso, há outros estudiosos, como Dra. Lou de Olivier (2007), que afirmam que a dislexia não é apenas uma condição hereditária, pois, de acordo com a visão da psicopedagogia, existem três tipos de dislexia que comprovam que ela pode ser adquirida. “[...] é preciso entender que a dislexia, assim como outros vários distúrbios de aprendizagem, existe em diversos níveis, ou seja, não apresentam um único tipo”. (OLIVIER, 2007, p. 52).

Desse modo, como forma de esclarecer os fatos a respeito dessa questão, Olivier (2007) criou uma tabela de sintomas de dislexia, na qual ele dividiu os sintomas em dois tipos: singular/primária, que são aqueles iniciais, caso a criança apresente alguma dificuldade na fala, no campo visual, coordenação motora, para soletrar ou ainda esquecimento imediato. Já a específica/secundária estaria relacionada a criança apresentar dificuldades em identificar as letras ou problemas na leitura.

## A LEGISLAÇÃO E A DISLEXIA

A respeito da legislação que cerca a dislexia, ressalta-se a importância de que a família procure conhecer os direitos que possuem em relação ao estudo e crianças que apresentam esse transtorno, pois, somente assim, poderão garantir que elas frequentem o espaço educacional a que tem direito.

Apesar de já haver leis que garantam a inclusão escolar de crianças deficientes e que apresentam transtornos de aprendizagem, ainda existem escolas que se negam a recebê-las, alegando que não possuem condições de atendê-las em suas necessidades, assim como não possuem profissionais devidamente capacitados. No entanto, o art. 205 da Constituição Federal de 1988 garante o cumprimento desse direito: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Assim, a educação é um direito de todos, sem exceção, e a família e o Estado são responsáveis por tornar essa garantia real às crianças, inserindo-as no ambiente de ensino. Assim como é de responsabilidade das instituições de ensino a responsabilidade por qualificar esses indivíduos para o convívio em sociedade. “Art. 206: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). Porém, sabe-se que a realidade das escolas públicas não é bem essa.

Assunção (2018) diz que, diante dessas questões, os familiares acabam tendo muitas dúvidas sobre os direitos dessas crianças, sobre os deveres das unidades de ensino, o que acaba fazendo com que eles não saibam ao certo como proteger legalmente os seus filhos disléxicos, o que podem ou não cobrar da escola e o que ela deve fazer para que possa atender as necessidades deles. Mesmo que esse direito esteja garantido em lei “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRA-

SIL, 1988), o que se evidencia é que, de fato, a maioria das escolas não vê essa questão como um transtorno de aprendizagem, chegando a reter o aluno disléxico.

Todavia, ressalta-se que, por meio do que está preconizado na Constituição Federal, no art. 206, inciso I, a escola deve manter a igualdade de condições para o acesso e permanência desta criança nesse ambiente. Assim, pais de crianças que tenham algum tipo de deficiência, inclusive a dislexia, devem receber atendimento semelhante aos demais para continuar estudando (ASSUNÇÃO, 2018).

Mesmo que o direito e acesso à educação estejam previstos na Constituição, o que se percebe é que as pessoas que apresentam transtornos de aprendizagem não estão amparadas por nenhuma lei específica. Nesse sentido, a Constituição é ampla quando se refere à igualdade nas condições de permanência da criança em sala de aula. Mesmo que ainda não haja um regulamento específico nesse sentido, Lima (2013) diz que algumas ações têm mudado o rumo dessa situação:

[...] o Dia Municipal de Luta pela Educação Inclusiva, que inclui homenagens e eventos de divulgação, e a segunda obriga o Poder Executivo a implantar o Programa Estadual para Identificação e Tratamento da Dislexia na Rede Oficial de Educação, objetivando o diagnóstico precoce e o acompanhamento dos estudantes com o distúrbio, o que abrange a capacitação permanente dos educadores para que eles tenham condições de identificar os sinais da dislexia e de outros distúrbios nos educandos (LIMA, 2013, p.12).

Esse evento ocorre anualmente em São Paulo, mas também há o Dia Nacional da Luta pela Educação Inclusiva em todo o Brasil, sempre no dia 14 de abril, como uma forma de atrair a atenção para este problema que atinge milhares de crianças no país. Ela é realizada pelos pais e por profissionais das áreas de educação e saúde e tem como objetivo divulgar informações acerca dos transtornos de aprendizagem, de maneira a conscientizar as pessoas sobre este tema (LIMA, 2013).

## Tipos de intervenções pedagógicas que podem ser utilizadas em sala de aula para o desenvolvimento do aprendizado de crianças Disléxicas

Para que seja possível elencar estratégias e ações que podem ser importantes e interessantes para promover o desenvolvimento da aprendizagem em crianças disléxicas, é importante, primeiramente, conhecer as três fases que toda a criança passa durante o processo de aprendizagem da leitura e escrita.

Assim, Frith (1985) diz que a primeira fase é a logográfica, que é o aprendizado global da palavra escrita com o seu respectivo significado. É uma produção de palavras que se apresentam conforme suas características gráficas, sem possibilidade de análise.

A fase alfabética é aquela onde a criança aprende a separar as palavras em fonemas, o que demanda uma consciência fonológica, aplicação de regras de conversão fonema-grafema, escrita de palavras novas e inventadas e com apoio na oralidade (FRITH, 1985).

A respeito da terceira fase, é importante que a criança já tenha tido experiência suficiente com a leitura para que tenha condições de montar um dicionário visual das palavras. Assim, ela terá acesso visual às palavras, tem uma leitura mais ágil, compreende com mais facilidade o significado das palavras, usa de analogias lexicais de palavras conhecidas para escrever outras palavras (FRITH, 1985).

Segundo Mourinho (2003), a criança disléxica demonstraria problemas mais relevantes na fase alfabética, sendo que, algumas delas, inclusive, teriam dificuldade em chegar a esta etapa, ficando presos a uma leitura do tipo logográfica. Outras, porém, poderiam fazer uso da fase alfabética, mas apresentariam muita dificuldade, com muito esforço e, por essa razão, leriam menos, apresentando um dicionário mental com um menor número de palavras. Em consequência disso, a fase ortográfica ficaria prejudicada (DUARTE; SOUZA, 2014).

Diante desses fatos, ressalta-se a importância de promover um ensino de qualidade para todos os alunos, de maneira que o professor passe confiança a eles, principalmente aos disléxicos, pois isso os ajuda a se sentirem melhor, sentirem-se mais à vontade para pedir ajuda (ROTTA; PEDROSO, 2007).

Duarte e Souza (2014) mencionam que o professor deve também oferecer material apropriado para o nível do aluno disléxico, enfatizando os seus resultados positivos, pois isso os motivará a continuarem aprendendo, pois entenderão que seus esforços estão sendo recompensados. Porém, a leitura em público e em voz alta deve ser evitada, pois pode constranger o aluno.

Duarte e Souza (2014) dizem que todo o tratamento ao disléxico deve ser realizado com base na linguagem escrita, abordando todos os aspectos envolvidos, sendo observado que as diferenças são pessoais, que o diagnóstico é clínico, mas o entendimento é científico e o tratamento é educacional.

Rotta e Pedroso (2007) relatam que o tratamento educacional para crianças com dislexia deve ser baseado em propostas pedagógicas que contemplem estratégias como: “o ensinar a resumir anotações que sintetizem o conteúdo, permitir o uso de meios informáticos, de corretores, de calculadora e de gravador” (ROTTA; PEDROSO, 2007 *apud* DUARTE; SOUZA, 2014, p. 10).

Sugere-se também que sejam usados materiais que permitam visualizações, pois textos longos não atraem a atenção dessas crianças e, por isso, devem ser evitados, assim como se deve diminuir a quantidade de dever de casa que envolva a leitura e a escrita (DUARTE; SOUZA, 2014).

Enfoques mais terapêuticos devem se basear em princípios básicos da aprendizagem da leitura, em relação ao processo de transformar grafema-fonema e no reconhecimento global da palavra. Desse modo, é preciso que esse aluno aprenda primeiro a organizar verbalmente aquilo que visualiza e ouve, para que, posteriormente, consiga associar com o significado (DEUSCHLE; CECHELLA, 2009).

Em crianças que ainda não iniciaram o processo de obtenção do código escrito, a terapia evolutiva em relação à dislexia objetiva desenvolver áreas sensório-motoras da criança, de modo que ela consiga obter o código escrito. Assim, é importante que as estratégias pedagógicas estabeleçam sentidos entre a recepção do estímulo e a sua incorporação ao léxico (DEUSCHLE; CECHELLA, 2009).

Etchepareborda (2002) ainda ressalta a importância de crianças disléxicas participarem de atividades que promovam o desenvolvimento da consciência fonológica.

Além dessas propostas de intervenção, Assunção (2018, p. 27) ainda enfatiza outras ideias que o professor pode adotar para trabalhar com crianças disléxicas, por exemplo:

[...] espaços de exposição, debates ou jogos pedagógicos; orientar a criança a como se organizar e realizar as atividades, em particular; observar como ele faz as anotações do quadro e ajudá-lo a se organizar; ser claro e objetivo em explicações orais; dispor de materiais extras, como tabuadas, ábacos, calculadoras, gravador e o que mais puder ser utilizado para auxiliar a aprendizagem desse aluno.

Independentemente das ações a serem utilizadas para promover o desenvolvimento do aprendizado de crianças com dislexia é sempre importante que se faça o diagnóstico o quanto antes, pois, quanto mais nova a criança for, o seu cérebro apresenta uma maior plasticidade, tornando-se potencialmente mais maleável para um redirecionamento dos circuitos neurais (Etchepareborda, 2002).

Nesse sentido, tendo o diagnóstico em mãos, é importante que se inicie o tratamento o mais breve possível, por meio de um conjunto de estratégias e recursos que visem atenuar os problemas evidenciados e, assim, auxiliar para que a criança com dislexia possa ter uma vida normal, como qualquer outra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto neste estudo, cada criança é única e tem o seu modo próprio de aprender e isso precisa ser respeitado e levado em consideração pelo professor quando ele planeja as atividades pedagógicas que serão realizadas no ambiente escolar. Nesse sentido, quando alguma delas apresenta dificuldades no processo de aprendizagem, o professor deve ficar atento, pois pode ser um transtorno que esteja impossibilitando a criança de aprender como deveria.

Dentre os transtornos de aprendizagem existentes, um deles é a dislexia, que vem acometendo um grande número de crianças em idade escolar e que acaba sendo vista somente no momento em que a criança começa a frequentar as aulas, pois está relacionada à dificuldade na leitura.

Desse modo, evidencia-se a necessidade de que sejam elaboradas estratégias de intervenções pedagógicas com essas crianças no sentido de identificar essas dificuldades e trabalhar para minimizá-las, de modo que esses alunos consigam desenvolver a leitura e solucionar os seus maiores problemas. Assim, verificou-se que ações que envolvam atitudes simples, como uso de materiais adequados à faixa etária do discente, respeito à sua individualidade e ao seu ritmo de aprendizagem, realização de atividades que sejam do interesse do aluno, reconhecimento dos seus avanços, incentivo para que a turma troque conhecimentos e se ajude mutuamente, podem se tornar essenciais para que crianças disléxicas aprendam de maneira mais efetiva e com mais qualidade e apresentem redução das dificuldades em relação à leitura.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Ângela; FERREIRA, Emerson Benedito; FERREIRA, Jesuína Therezinha. Dislexia E Educação: Deveres e dilemas. 36 f. 2014. Trabalho de Conclusão (Curso de Pedagogia) - Faculdade de Educação São Luís, São Luís, 2014. Disponível em: [http://www.gestaouniversitaria.com.br/system/scientific\\_articles/files/000/000/051/original/Dislexia\\_e\\_Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf?1411606364](http://www.gestaouniversitaria.com.br/system/scientific_articles/files/000/000/051/original/Dislexia_e_Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf?1411606364). Acesso em: 16 dez. 2021.

Associação Brasileira de Dislexia. Como interagir com o disléxico em sala de aula, 2016. Disponível em:

<http://www.dislexia.org.br/como-interagir-com-o-dislexico-em-sala-de-aula/> Acesso em: 16 dez. 2021.

ASSUNÇÃO, Gabriele Silva. A dislexia e os desafios no processo de aprendizagem da Língua Portuguesa. 2018. Monografia (Curso de Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2018. Disponível em: <https://www.dislexia.org.br/wp-content/uploads/2018/09/ASSUN%C3%87%C3%83O-Gabrielle.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2021.

BERGER, Marcel; YULE, William; RUTTER, Michael. Attainment and adjustment in two geographical areas. II – The prevalence of specific reading retardation. *Br J Psychiatry*, v. 126, p. 510-9, 1975.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) Acesso em: 16 dez. 2021.

CIASCA, Sylvia Maria; CAPELLINI, Simone. A. Distúrbios específicos de aprendizagem. In: CISCA, Sylvia Maria (Org.). *Distúrbio de aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar*. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2003. p. 55-66.

DEUSCHLE, Vanessa Panda; CECHELLA, Cláudio. O déficit em consciência fonológica e sua relação com a dislexia: Diagnóstico e intervenção. *Rev. CEFAC*, v.11, Supl.2, p. 194-200, 2009.

DUARTE, Anne Caroline; SOUZA, Calixto Junior de. Intervenções pedagógicas em alunos com dislexia. *Anais... I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INCLUSÃO ESCOLAR: PRÁTICAS EM DIÁLOGO*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, CAP-UERJ, 21 a 23 de outubro de 2014. Disponível em: [http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/23-duarte\\_e\\_souza.pdf](http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/23-duarte_e_souza.pdf). Acesso em: 16 dez. 2021.

ETCHEPAREBORDA, Maximo C. Detección precoz de La dislexia y enfoque terapéutico. *Rev. Neurol.*, v. 34, suppl.1, p.13-23, 2002.

FRITH, Uta. Beneath the Surface of Developmental Dyslexia. In: Patterson, Karalyn; Coltheart, Max, Marshall, John C. *Surface dyslexia*. Hillsdale: Lawrence Erlbaumassociates, 1985.

LIMA, Luísa Barbosa. *Dislexia e ensino-aprendizagem de língua portuguesa: um estudo de caso*. 41 f. Universidade de Brasília, 2013.

MARTINS, Vicente. Como descobrir uma criança disléxica. 2017. Disponível em <http://www.portal.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espacoeducar/educacao-especial-sala-maria-tereza-mantoan/ARTIGOS/Dislexia-e-a-educacaoespecial.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2021.

MOUSINHO, R. Conhecendo a dislexia, In: *Dificuldades de aprendizagem compreender para melhor educar*. Realizado pela Escola do Professor do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, Sinpro-Rio, nos dias 24 e 25 de outubro de 2003.

OLIVIER, L. *Distúrbios de Aprendizagem e de Comportamento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Wak, 2006.

ROTTA, Tellechea Newra, PEDROSO, Fleming Salvador. Transtornos da linguagem, in: ROTTA, Tellechea Newra; OHLWEILER, Lygia. *Transtorno da aprendizagem abordagem neurobiológica e multidisciplinar*. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

VERAS, Fernanda de Carvalho. *A dislexia e a linguagem com foco na leitura e produção textual*. 49 f. Universidade de Brasília, 2012.

WR EDUCACIONAL. *Transtornos Específicos da Aprendizagem*. 2021. Disponível em: <https://www.wreducacional.com.br/cursos/educacao/nocoas-basicas-em-psicopedagogia>. Acesso em: 16 dez. 2021.